

ATA DA MILÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DA DIRETORIA COLEGIADA DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB

Aos três dias do mês de agosto de dois mil e onze, às 17 horas, no Edifício Sede da **Companhia Nacional de Abastecimento – Conab**, Empresa Pública Federal, constituída por fusão autorizada pela Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, e instalada em 1º de janeiro de 1991, situada no SGAS, Quadra 901, Conjunto A, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, com a presença do Presidente **Evangevaldo Moreira dos Santos** e dos Diretores **Marcelo de Araújo Melo**, **Rogério Luiz Zeraik Abdalla** e **Sílvio Isopo Porto**, realizou-se a **milésima sétima (1.007ª) reunião ordinária da Diretoria Colegiada da Conab**. O Presidente – na forma do disposto no inciso IV, Art. 20, do Estatuto Social – abriu a reunião passando a palavra ao seu Chefe de Gabinete, que abordou questão levantada pela Sureg/GO, relativa à possibilidade de criação de uma Sureg/DF-Entorno, considerando a situação diferenciada que a proximidade de Brasília gera sobre os municípios vizinhos, que seriam desvinculados da Regional de Goiás. O Diretor de Operações e Abastecimento, com a palavra, esclareceu que já havia consultado o Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento a este respeito e que ele o teria autorizado a conduzir o assunto, acelerando os estudos necessários quanto aos possíveis impactos financeiro, jurídico e contábil. Informou que o material estava praticamente pronto e que pretendia apresentá-lo na próxima Redir, para discussão. Prosseguindo, o Chefe de Gabinete comunicou a todos que a Controladoria-Geral da União/CGU estaria prestes a encaminhar orientação para solucionar a questão relativa à contratação de serviços de braçagem nas Superintendências Regionais. Embora o retorno da CGU tenha demorado, os Diretores, quando consultados sobre o problema, já poderiam informar que, em breve, a orientação estaria disponível. A seguir, o senhor Getulino Oliveira Narcizo comunicou sobre a reunião anual dos Superintendentes em Brasília que, neste ano, ocorreria entre os dias 22 e 26 de agosto, aproveitando-se o evento promovido pelo Ministério do Desenvolvimento Social/MDS para lançamento do Programa de Combate à Pobreza, oportunidade na qual também será anunciada a celebração de Termo de Aditivo com a Conab, no valor de quase 100 milhões de reais, para execução do PAA. Ressaltou que a soma dos eventos geraria economia significativa à Companhia e que a equipe de organização do evento entraria em contato com as Diretorias, com vistas ao preparo conjunto da programação. A seguir, o Chefe de Gabinete informou os presentes sobre a manifestação do Conselho de Administração, consignada em Ata de sua 218ª reunião ordinária, enfatizando que *“o Conab não estabelece diálogo individual com as áreas da Companhia, senão por meio da sua Diretoria Colegiada, recomendando que tal procedimento fosse reiterado e os Diretores definitivamente esclarecidos que não lhes compete se dirigirem isoladamente ao Conselho, passando a ser, doravante, qualquer expediente desta natureza devolvido, de imediato, à área de origem pela Coordenadoria de Assuntos Colegiados/Cooac.”* Finalizando, repassou aos presentes a orientação de que quaisquer informações solicitadas pela imprensa, especialmente em situações de crise, nos moldes da conduta adotada pelo Ministério Supervisor, deveriam ser encaminhadas à Assessoria de Imprensa da Casa, a fim de que o discurso da Companhia se mantivesse coeso, com respostas tempestivas e esclarecedoras, evitando-se manifestações pontuais das áreas, sem um alinhamento prévio por meio da Comunicação Social. Todos concordaram com a medida, reforçando

o empenho conjunto da Companhia, no sentido de dar transparência a suas ações e informações, com a disponibilização massiva de dados pela Página da Conab em ambiente Web. Retomando a palavra, o Presidente solicitou o consentimento dos Diretores para que os documentos solicitados pela Controladoria-Geral da União/CGU, que já iniciou sua auditoria na empresa, pudessem ser demandados diretamente aos setores de competência, com os respectivos comandos sendo avisados na oportunidade de retorno das providências. Tal media visa a dar a agilidade necessária aos trabalhos de auditoria, que têm prazo exíguo para sua conclusão. Todos concordaram com o solicitado, aproveitando o ensejo para acusar o recebimento das cópias dos ofícios da CGU, com os nomeados para os trabalhos de auditoria, que foram encaminhadas aos Diretores pelo Gabinete da Presidência. Encerrando suas comunicações, o Presidente falou a respeito da situação enfrentada pela Companhia, decorrente das pretensas denúncias do ex-Diretor Financeiro, Oscar Jucá Neto, externando seus sentimentos de tristeza, constrangimento e indignação, diante do que tem sido dito na imprensa sobre a Conab. Ressaltou que, com a experiência de quem já atuou em 11 órgãos públicos, jamais vivenciara situação semelhante, encontrando diariamente empregados emocionados e consternados pela fama de “bandidos” que lhes tem sido tão injustamente imputada. Enfatizou seu desejo de obter, o mais cedo possível, o relatório final de auditoria da CGU, com o qual pretende por fim aos constrangimentos a que ele e sua família têm sido submetidos, assim como os demais dirigentes e empregados da Companhia. Lamentou a sucessão de crises enfrentadas pelo Governo Federal e, em especial, pela Conab, considerando que, diante da atenção e energia despendidas à solução de tais, tem-se trabalhado menos do que gostaria a favor do crescimento e ampliação das ações da empresa. Ratificou seu compromisso de honrar o cargo e a missão que lhe foi confiada no comando da Casa, atuando solidariamente junto aos empregados, que, com carreiras inteiras de dedicação e trabalho, construíram e constroem a empresa dia-a-dia. Assim, o Presidente encerrou suas Comunicações com o que considerou um desabafo, diante do momento de angústia e entristecimento enfrentado. Abertas as Comunicações dos Diretores, o Diretor de Operações e Abastecimento falou de sua preocupação quanto à contenção de despesas imposta à Companhia. Considerando a gravidade dos cortes sofridos, e que após tais medidas novos programas surgiram, realizou um levantamento com vistas a apontar o que restava inequívoco quanto à insuficiência de recursos para tocar programas que precisavam ser continuados. Informou que havia entrado em contato com o Secretário-Executivo do Ministério Supervisor, solicitando a suplementação orçamentária identificada como imprescindível. O Secretário-Executivo recomendou que a Conab preparasse documento, formalizando o pedido. Tal suplementação, se não for concedida, implicará impossibilidade no atendimento de programas de crucial importância para a Conab, a exemplo da ajuda humanitária internacional e do Programa de Vendas em Balcão, no Norte, Nordeste e Sul do País. Prosseguindo, o Diretor externou sua preocupação quanto à possibilidade de que a Companhia venha a perder o terreno da UA Brasília, que teria sido permutado com a Terracap. Diante das informações contraditórias e oficiosas, solicitou que a questão fosse averiguada pela Diretoria Administrativa e Procuradoria-Geral da Conab. Ponderou, ainda, sobre os cerca de 300 milhões de reais a serem pagos em Prêmios de Escoamento da Produção/PEP, lembrando que alguns processos haviam sido alvo de questionamento pela fiscalização, diante do que resolveu encaminhar os processos



Conab

Companhia Nacional de Abastecimento

do PEP ao Ministério Público Federal/MPF, antes que fossem pagos. Contou que o Procurador-Geral da Conab tinha a intenção de devolver tais processos, com vistas à reavaliação pelos fiscais envolvidos, argumentando que esta seria uma orientação da Conjur/Mapa. O Diretor não viu razão para o atraso, uma vez que cada fiscal é responsável pelo trabalho realizado, não havendo motivo que justifique parar autos que já tramitam há mais de um ano. Assim, o Diretor solicitou ao Presidente que interpelasse a Proge, com vistas a obter informações precisas sobre o envio dos autos em tela ao MPF (se ainda não foram remetidos e/ou quando o seriam) e demais explicações e providências. Logo após, o Diretor de Política Agrícola e Informações, com a palavra, expôs suas preocupações com as cobranças recentes da CGU, relativas ao compromisso de renovação permanente de 25% do parque tecnológico da empresa. Informou que dos 3 milhões de reais destinados a tal renovação, neste exercício, nada havia sido executado. Diante disso, propôs ao Colegiado o encaminhamento de uma Ata de Registro de Preços/ARP, a fim de que a Companhia tenha a possibilidade de, em caso de autorização do Governo Federal, minimizar a desatualização do seu parque. Ressaltou que a defasagem tecnológica era veloz e, em três anos, muito do equipamento utilizado já estaria obsoleto. A proposta feita diz respeito apenas a existência da ARP: qualquer compra, evidentemente, dependerá os limites fixados ao longo do ano. Tal medida serviria ainda para justificar a ação da Conab junto aos órgãos fiscalizadores, considerando que a renovação do parque tecnológico é uma das recomendações do Plano de Controle. Continuando, o Diretor voltou ao assunto que provocou o desentendimento ocorrido na milésima terceira Redir, propondo uma discussão tranqüila e madura dos ritos da Diretoria Colegiada. Afirmou que permanecia convicto da pertinência das solicitações que havia feito para inclusão de suas considerações em atas anteriores. Compreendeu que o Conselho de Administração tenha “lavado as mãos” sobre o assunto, mas ponderou que a posição da Casa Civil da Presidência da República divergia da conduta adotada pelo Conad, recomendando que tudo fosse registrado em ata. Ponderou que todos têm direito à decisão própria, de acordo com seu juízo pessoal. Observou, entretanto, que, se o passado não houvesse sido registrado em ata, a situação de crise atual seria péssima. O Chefe de Gabinete pediu a palavra, dizendo que, naquele episódio, o que estava em questão era a pertinência do assunto, que não havia sido, de fato, tratado na reunião da qual estava sendo solicitada inserção em ata. O Diretor de Política Agrícola e Informações lembrou que, na Ata da Redir do dia 28 de abril, foi consignado que todos deveriam evitar votos extrapauta, que quando são apresentados dificultam a manifestação tempestiva dos Diretores que não estão familiarizados com a matéria e autos processuais, propondo que, se por ventura os elementos não se apresentarem em Redir pelos trâmites normais, os Diretores tenham o direito de agir em resposta. O Chefe de Gabinete ponderou sobre o excesso de informações desnecessárias registradas em ata, que desviava o Conselho Fiscal de suas atribuições e sobrecarregava a Coordenadoria de Assuntos Colegiados/Cooac, assim como outras áreas da Companhia, no questionamento e fornecimento de respostas a assuntos que sequer representavam atos concretos, objetos de discussão ou deliberações de Colegiado. Todos assentiram com as ponderações e acordaram seguir os ritos estabelecidos e manter o conteúdo das atas descritivo e objetivo. A seguir, o Diretor Administrativo falou de sua surpresa com as declarações feitas, no dia anterior, pelo Deputado Federal do PSDB/SP e líder do Partido na Câmara, Duarte Nogueira,



afirmando que, em cada 10 processos da Conab, 7 perdiam prazo. O Diretor da Dipai observou que a afirmação do Deputado não procedia e que tais dados não existiam. O Chefe de Gabinete informou que o assunto já era objeto do Conselho de Administração, ao qual será apresentado um estudo, tendo sido registrado em Ata da última reunião do Conad que, no tange à situação dos processos da Casa em tramitação e advogados terceirizados, *“os levantamentos concernentes ao diagnóstico necessário estão sendo finalizados e a análise consolidada será apresentada ao Conad, em sua próxima reunião”*. Retomando a palavra, o Presidente observou que os escritórios terceirizados eram, de fato, um mal que precisa ser coibido. Um terceirizado não age como um Procurador da Casa, refletiu. É necessário um concurso, a fim de que a Companhia constitua quadro jurídico próprio capaz de suprir as demandas da empresa. Em seguida, foi dado início às deliberações do dia, quando o Diretor Administrativo apresentou os seguintes Votos: **1) Voto Dirad nº 086/2011 – Processo nº 21202.000052/2011-41 – Autorizar deflagração de licitação, na modalidade Pregão Eletrônico do tipo Menor Preço Global, objetivando contratar empresa especializada na prestação de serviços de vigilância, segurança armada e desarmada, interna e externa, de segurança física dos materiais, equipamentos e instalações dos imóveis e veículos de propriedade da Conab – Superintendência do Rio de Janeiro, a serem executados nos Hortomercados do Leblon e Humaitá e UA Lyra Tavares.** Relato – Feita a exposição de motivos, e consubstanciado na manifestação da Prore/RJ, o Colegiado autorizou a deflagração da licitação em quesito, nos moldes relatados, pelo valor máximo anual estimado de R\$863.589,48 (oitocentos e sessenta e três mil, quinhentos e oitenta e nove reais e quarenta e oito centavos), tendo sido o Voto aprovado. **2) Voto Dirad nº 089/2011 – Processo nº 21206.000350/2009-86 – Homologação e adjudicação de procedimento licitatório para contratação de serviços de advocacia para atuação nas áreas trabalhista e cível da Sureg/RS.** Relato – Feita a exposição de motivos, e consubstanciado em Parecer Jurídicos constante dos autos, a Diretoria Colegiada autorizou a homologação do procedimento licitatório adjudicado à sociedade de advogados Advocacia Marco Sommer Santos, pelo valor mensal de R\$10.500,00 (dez mil e quinhentos reais), para contratação dos serviços descritos, tendo sido o Voto aprovado. **3) Voto Difin nº 011/2011 – Ata da 999ª reunião ordinária da Diretoria Colegiada, realizada em 08/06/2011 – Estabelecimento de limites de movimentação e empenho para a Matriz e Superintendências Regionais.** Relato – Em observância às disposições dos Decretos nºs 7.445 e 7.446, de 1º/03/2011, o Mapa, por meio da Portaria Mapa/SE nº 029/2011, estabeleceu os limites de movimentação e empenho, relativos às dotações orçamentárias aprovadas na Lei nº 12.381, Lei Orçamentária Anual – LOA 2011, para as Unidades que lhes são vinculadas. Neste contexto, a Presidência expediu a Resolução nº 03, de 05/04/2011, estabelecendo os limites de movimentação e empenho para a Matriz e Superintendências Regionais da Conab e determinou algumas regras a serem seguidas pelos dirigentes e ordenadores de despesas. Em vista da necessidade de aumento dos limites que foram estabelecidos para as novas Superintendências Regionais, cujos limites se apresentaram insuficientes ao cumprimento de suas obrigações, a Diretoria Colegiada, em sua 999ª Redir, deliberou por promover ajustes e remanejamentos nos limites de movimentação e empenho firmados pela Resolução nº 03/2011. Isto posto, o Colegiado autorizou o estabelecimento de novos limites de movimentação e empenho para a Matriz e



Conab

Companhia Nacional de Abastecimento

Superintendências Regionais, nos termos da minuta de resolução apresentada, tendo sido o Voto aprovado. Logo após, o Diretor de Política Agrícola e Informações apresentou os seguintes Votos: **4) Voto Dipai nº 004/2011 – Nota Técnica Sutin nº 005/2011 – Instalação do Comitê Executivo de Tecnologia da Informação – Ceti.** Relato – Feita a exposição de motivos, a Diretoria Colegiada aprovou a proposta de que o citado Comitê seja composto por nove (9) membros com a seguinte representação: 1) Diretor da Dipai – Presidente; 2) Diretor da Dirab – membro e substituto do Presidente; 3) Superintendente da Sutin; 4) Gerente da Geasi/Sutin; 5) Gerente da Gesin/Sutin; 6) Representante da Dirab; 7) Representante da Difin/Supor; 8) Representante da Dirad/Sumoc e 9) Representante da Audin. O referido Comitê, cuja existência será por prazo indeterminado, deverá ser instituído por meio de Portaria do Presidente, após as indicações a serem formalizadas pelas áreas envolvidas. Dessa forma, a Diretoria Colegiada autorizou a instituição do Comitê Executivo de Tecnologia da Informação – Ceti, com caráter deliberativo e por prazo indeterminado, tendo sido o Voto aprovado. **5) Voto Dipai nº 005/2011 – Processo Conab nº 21200.002939/2010-11 e Termo de Cooperação MPA e Conab – Criação da Unidade de Serviços Terminal Pesqueiro Público de Santos.** Relato – Feita a exposição de motivos, o Colegiado autorizou a criação da Unidade de Serviços do Terminal Pesqueiro de Santos e as providências pertinentes as inscrições para criação efetiva da Unidade, como também da consequente vaga de GF IV, que deverá ser preenchida por empregado da Companhia, tendo sido o Voto aprovado. Esta matéria, em conformidade com o inciso IX do art. 16, do Estatuto Social, deverá ser submetida ao Conselho de Administração. Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por encerrada a reunião e eu, Getulino Oliveira Narcizo, Chefe de Gabinete, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos membros da Diretoria Colegiada e por mim.

EVANGEVALDO MOREIRA DOS SANTOS

Presidente

SÍLVIO ISOPO PORTO

Diretor de Política Agrícola e Informações

MARCELO DE ARAÚJO MELO

Diretor de Operações e Abastecimento

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA

Diretor Administrativo

GETULINO OLIVEIRA NARCIZO

Secretário